



Estevão espera pela Justiça

Oposição vai ao STF em janeiro

Derrotada em plenário, a bancada de oposição promete travar uma verdadeira batalha jurídica contra o pacote fiscal. Embora não queira adiantar a estratégia que vai usar nos tribunais, o presidente do PMDB/DF, deputado Odilon Aires, admite que em janeiro a oposição entra com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o aumento do IPTU e do ICMS da energia elétrica.

Em uma das sessões mais tumultuadas do ano, os parlamentares oposicionistas dirigiram duras críticas aos deputados Adão Xavier (PFL) e César Lacerda (PTB) que, de última hora, resolveram votar a favor do GDF. “O governo comprou o voto dos deputados. Quem perde com isso é a população do DF”, lamentou o deputado Renato Rainha (PL).

Já o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Estevão, considera que o aumento dos impostos não passará pelo crivo da Justiça. “O pacote foi aprovado, mas continua indo de encontro à Lei Orgânica e à Constituição Federal”, ressaltou o deputado. “Vamos aguardar a decisão da Justiça para nos pronunciar”, acrescentou.

Inconformado com o resultado da votação, o deputado Peniel Pacheco (sem partido) acusou os governistas de estarem ignorando a lei maior do DF. “Vocês estão rasgando a Lei Orgânica”, atacou. O deputado Manoel de Andrade foi mais incisivo: “Em troca de cargos e apoio político, estão pisando na Lei Orgânica”.

Especialista — Para elaborar a Adin, a oposição pretende contratar um grande especialista da área tributária. A informação foi dada pelo deputado Odilon Aires. Ele, entretanto, não quis adiantar por que a bancada vai esperar até janeiro para ir à Justiça.